

Jogos Lingüísticos

Silvia Damasceno

Abstract

The aim of this article is to analyse the argumentative procedures found in Ulysses, from line 1 to line 119 in Sophocles, Phylactetes.

Para nós, a língua organiza-se em um sistema de signos arbitrários e tirânicos, em que o significante e o significado unem-se convencionalmente, à exceção de umas poucas palavras, criadas a partir do próprio som que produzem. Mesmo essas, variam de língua para língua, talvez salvo a palavra *tic-tac*.

Emprega-se cotidianamente a língua, para os mais variados fins a serviço da razão, a tal ponto que se chega até mesmo a pensar ser a língua uma conquista da razão humana, e não o inverso: a razão humana representa conquista da língua. No entanto, nem sempre o homem entendeu sua capacidade de expressar-se, mediante sons articulados, submetida ao jugo da razão. Percorrendo os textos gregos antigos, percebe-se o poder e a força das palavras, do discurso, do *lógos*. Um juramento, se corretamente pronunciado, com as palavras adequadas e numa ordem determinada; uma evocação aos deuses ou aos mortos — tudo isso poderia vir a modificar uma dada situação.

Em HOMERO, *Iliada* I, v. 249, o narrador onisciente e não nomeado, ao referir-se a Nestor, diz: *Tou kai apò glósses mélitos glukíon rhéen audè* ("De quem flui uma voz mais doce do que o mel.").

Trata-se, sem sombra de dúvidas, de uma belíssima imagem sinestésica. Contudo, nem só prazer advém dos discursos, nem só mel vertem as palavras: catástrofes, agressões, insultos, maldições, súplicas, dor: as várias situações ou sentimentos vivenciados pelos homens e deuses consubstanciam-se pelo e no discurso. De tal forma as palavras configuram-se como entidades quase autônomas que, por vezes, escapam ao controle do emissor ou produtor do discurso.

Tal fato pode ser observado em mais de um passo dos poemas homéricos, na expressão formular homérica, proferida tanto por mortais como por deuses, e aplicando-se, por conseguinte, a ambos os seres. Em HOMERO, *Ilíada*, v. 350, Ulisses usa essa frase, referindo-se a um discurso desmedido de Agamémnon. Lê-se nessa passagem: *Atreidé, poiôn se épos phúgen ércos odónton* (“*Atrida, que palavra deixaste escapar da barreira dos dentes?*”)

O termo *érko*, “barreira, entrave”, do ponto de vista da epopéia, é o único obstáculo que pode vir a impedir os seres de proferirem um discurso cujos efeitos o próprio emissor considera maléfico ou não lhe prevê as conseqüências.

O referido verso homérico aponta para o que se disse anteriormente: o homem ou os deuses representam o ponto de partida de onde fluem as palavras; esses agentes/produtores do discurso, por vezes, podem não controlar a corrente caudalosa das palavras, e se valem dos dentes, barreiras nem sempre o suficientemente fortes para impedirem a saída das palavras.

Ainda tomando um exemplo do texto homérico, recordemos a célebre passagem da *Odisséia*, canto IX, em que ao se identificar como “*Ninguém*”, Ulisses salva a própria vida. Quando o ciclope Polifemo, ferido por Ulisses, clama por socorro aos irmãos, não é atendido, porque ao perguntar quem teria sido o agressor e ouvir que tinha sido “*Ninguém*”, os demais ciclopes não vão em socorro do irmão, acreditando ele não precisar de ajuda.

A armadilha lingüística ou a artimanha empregada por Ulisses só pôde garantir-lhe a sobrevivência, devido a dois fatos: primeiramente, o signo lingüístico possui duas faces — a massa fônica e o significado; em segundo lugar, a língua é um sistema convencional.

Ao apresentar-se com o nome de “*Ninguém*” ao Polifemo, implicitamente, o herói da *Odisséia*, de modo falacioso, propõe ao ciclope desprezar ao significado usual da palavra, convencionalmente estabelecido. Polifemo, então, aplica o significante a Ulisses, que vê a sua frente, como se fora um simples nome próprio. Como a língua pressupõe uma convenção entre os falantes ou uma espécie de contrato, o ardil só seria eficaz, se o Polifemo aceitasse as novas regras, isto é, o novo significado para “*Ninguém*”, que aceita. Os outros ciclopes, no entanto, apenas ouvindo o som da palavra *outis*, e não possuindo dado significativo novo, descodificam-no dentro dos parâmetros da língua grega, e dessa forma, Ulisses consegue escapar.

Mas, ter argúcia na articulação de um discurso não garante ao falante, domínio sobre outra fala, e ao fugir, Ulisses tripudia sobre o gigante, agora cego, contando-lhe a verdade sobre o ardil, revelando seu verdadei-

ro nome. E ainda mais, Ulisses zomba do vencido, demonstrando que a barreira dos dentes não foi suficiente para impedir que semelhante desmedida ocorresse.

Humilhado, transido de dor, o gigante profere um discurso dirigido a Poseidon, deus do mar. Essa fala do ciclope tanto é uma invocação ao deus como uma prece, mas ao mesmo tempo é uma imprecação contra Ulisses: pede que o herói de Ítaca ou morra ou que tenha sua volta retardada e veja morrerem seus companheiros. Por essa razão e devido ao fato de não controlar suas próprias palavras, Ulisses levará muito tempo para regressar a Ítaca, passando por muitas dificuldades, até que seus companheiros pereçam um a um.

Um outro exemplo metafórico de o homem submetido à força do discurso, encontra-se em uma passagem bastante comentada da peça *Agamémnon*, de Ésquilo, vv. 36-37: *bous epì glossei megas / bêbeken* ("um grande boi pesa sobre minha língua").

O vigia do palácio de Agamémnon, ao realizar o prólogo da peça, num discurso pleno de ambigüidades, mostra-se tomado de um sentimento dúbio: deseja o regresso do rei Agamémnon para que sua tarefa de vigia termine, mas teme o retorno do herói por razão que não pode revelar. Nesse dilema, profere o verso acima, antigo provérbio grego. "*Ter um boi na língua*" equívale a ter um impedimento enorme, pesado, que impede que a verdade seja proferida.

Como se pode observar, os gregos tinham consciência da força da palavra proferida, mas também conheciam o peso da interdição da fala.

Mas, será com o surgimento da *pólis*, na Grécia, a partir do século VIII e VII a.C. e posteriormente, com o advento da democracia ateniense, que a palavra se constituirá em um instrumento de poder político por excelência: com a palavra, fazendo uso adequadamente do discurso, poder-se-á dominar e comandar a outrem, — com a palavra os cidadãos defendem a si mesmos, defendem a cidade. Surgem, então, pessoas que não só ensinam a fazer belos e eficazes discursos, como os escrevem por encomenda, recebendo regamente para isso.

Assim se refere Jean-Pierre Vernant a esse assunto:

"Todas as questões de interesse geral que o Soberano tinha por função regularizar e que definem o campo da arché são agora submetidas à arte oratória e deverão resolver-se na conclusão de uma debate: é preciso, pois, que ser formuladas em discursos, amoldadas às demonstrações antitéticas e às argumentações opostas. Entre a política e o lógos, há assim relação estreita, vínculo recíproco. A arte política é essencialmente o exercício da linguagem."

Assim sendo, o teatro grego desenvolveu-se e atingiu o apogeu num cenário natural em que todas as instâncias do poder são colegiadas e que só a arte do discurso conduzia à vitória, embora nem sempre cogitando da verdade, mas sempre do verossímil.

Os textos trágicos não ficam indiferentes a esse estado de coisas, e reproduzem os debates realizados diuturnamente pelos cidadãos.

Examinemos algumas falas da tragédia *Filoctetes*, de Sófocles, encenada e representada em 409 a.C.

A peça inicia-se com uma longa fala de Ulisses que dialoga com Neoptólemo, filho de Aquiles. A ação se passa durante a guerra de Tróia e os heróis acabam de chegar a uma ilha deserta. Essa fala inicial de Ulisses apresenta dupla função: para o público do teatro é o prólogo da peça, pois resume os acontecimentos anteriores e implicitamente, diz que de onde inicia a história; para Neoptólemo, interlocutor, o discurso de Ulisses é o exórdio da argumentação que o herói da *Odisséia* vai elaborar.

De uma maneira breve, Ulisses relata ter abandonado, anteriormente, nessa ilha, um outro herói, Filoctetes, porque assim tinha sido ordenado pelos chefes — chefes esses que Ulisses não nomeia — e porque Filoctetes tinha uma chaga purulenta constantemente aberta.

Conclui-se, então, ter Neoptólemo chegado à ilha ignorando os acontecimentos anteriores e desconhecendo o real motivo da expedição.

No decorrer da peça, o filho de Aquiles vai-se inteirando dos fatos, e no prólogo-exórdio dois argumentos são empregados para explicar as razões de se abandonar um herói doente e deixá-lo morrer à míngua. O primeiro argumento é: Ulisses recebeu ordens de superiores — *tachteis* — v. 6; o segundo argumento: os gemidos de Filoctetes impediam os demais gregos de proferirem preces aos deuses.

Para quem quer convencer um auditório — seja ele composto de uma ou de muitas pessoas — tem de haver um acordo prévio, inicial, entre o público e o orador. Sem esse acordo, apoiado em fatos universais, não há persuasão. Ulisses e Neoptólemo são heróis de guerra e assim sendo, cumprem ordens dos chefes. Quando Ulisses diz “*tendo recebido ordens dos chefes para executar essa tarefa*” v. 6, está, na verdade, usando um silogismo abreviado, isto é, argumento da ordem racional, baseado no *lógos*. Poder-se-ia enunciá-lo completamente assim: *o os soldados recebem e cumprem ordens: se Ulisses é soldado, logo tem de cumprir ordens*.

No entanto, a força persuasiva desse argumento não reside apenas na utilização do silogismo abreviado, como também na própria construção lingüística para expressar essa ordem.

Em primeiro lugar, deixando o nome dos chefes no anonimato, Ulisses dilui o produtor dessa ordem, eclipsa o agente, evitando ser questionado; dessa forma, a ordem amplia-se e fortifica-se. O que interessa é a ordem e seu caráter indiscutível.

O termo utilizado que traduzimos por “*ter recebido ordem*” é *tachteis*, de *tásso*, “ordenar”, pertence ao mesmo campo semântico de *táxis*, “organização”. O termo *tachteis* pressupõe que algo está em desordem e alguém é encarregado peremptoriamente de estabelecer uma nova ordem. O emprego desse termo, então, assinala o fato da passagem do estado de *anomia* para o estado de *eunomia*, do ponto de vista do produtor do discurso ou da ordem.

A seguir, examinemos o termo *érdein* que significa “executar”, “cumprir uma tarefa”. Esse termo enfatiza o caráter indiscutível do argumento. A tarefa de Neoptólemo não se resume simplesmente agir, mas implica executar uma tarefa, levá-la a cabo. E vocábulo da mesma família será empregado no v. 15, quando Ulisses diz a Neoptólemo que o herói terá de executar uma tarefa: o termo usado é *érgon* — atividade importante que engaja quem executa.

A eficaz argumentação, todavia, não se constrói apenas com argumentos lógicos: o orador necessita angariar a simpatia e a confiança do público: há que se provocar a emoção do auditório, dirigi-la favoravelmente para os fins desejados, tirar partido dela. E um argumento invocado de ordem religiosa enquadra-se nesse aspecto: os gemidos de Filoctetes impediam os demais gregos de realizarem os ritos aos deuses. A dor insuportável de um herói transforma-se num empecilho aos demais, ameaça o relacionamento entre homens e deuses, e logicamente, conclui-se ser necessária e justificada a eliminação de Filoctetes do grupo.

Depois de silogismo abreviado e de atuar no *páthos* do auditório, através da emoção, falta ainda a Ulisses, atuar no *étos* do público, isto é, construir uma imagem sua capaz de tornar o auditório benevolente com ele, conquistar-lhe a simpatia e confiança.

Depois de ter exposto as razões do exílio de Filoctetes, e anunciar a Neoptólemo que este terá uma incumbência a realizar na ilha, sem dizer exatamente de que se trata, Ulisses diz: *Allà taúta mén tí deí légei; akmè gâr ou makrôn hemín lógon* — vv. 11-12 (“*Mas por que dizer essas coisas? Não é momento de grandes discursos!*”)

O orador, no lugar de mostrar-se humilde como se costuma fazer, para não criar expectativa na audiência, denega, desvaloriza falaciosamente o que disse, transfere a fingida humildade de si mesmo para o discurso — disse, não querendo dizer, mas o dito ficou dito, a mensagem foi enviada.

Continuando seu exórdio, Ulisses revela a Neoptólemo ter uma plan para que ele execute e o termo empregado é *sóphisma*. É de extrema relevância essa escolha lexical que ao tempo da encenação da peça já possuía duplo sentido: na primeira acepção, *sóphisma* significa “habilidade, destreza”, mas que, pejorativamente, exprime a idéia de “artifício enganoso, ardil”. O próprio personagem deixa escapar “pela barreira dos dentes” exatamente o seu estratagema, ou melhor dizendo, antecipa que tudo que usará como argumento estará na esfera do provável, e não no âmbito da verdade. Além disso, esse termo instaura a ambigüidade, não permitindo que todo o público o descodifique da mesma maneira. Esse é o objetivo da ambigüidade.

A partir do v. 55, Ulisses revela a Neoptólemo o encargo que terá de cumprir: cabe, ao filho de Aquiles, valendo-se de palavras enganosas, roubar o arco de Hércules que está com Filoctetes, sem o qual os gregos não sairão vencedores na guerra de Tróia.

Ao ouvir que deverá mentir, Neoptólemo, constrangido, repudia o encargo, define-se como não sendo um herói possuidor de uma *areté* do discurso, pois sua natureza não é esta, mas que pegará o arco à força. Ulisses diz que nem pela força nem pela persuasão, Neoptólemo conseguirá consumir a tarefa.

Chega-se a um impasse, e o ardiloso Ulisses que antes deixara transparecer em seus discursos uma ideologia em prol de uma coletividade, vai partir para o interesse pessoal, usando dois argumentos que farão Neoptólemo capitular. Coloca o filho de Aquiles, praticamente, como único beneficiado pelo engodo, dizendo que a vida do herói depende unicamente do fato de Filoctetes ser enganado. Em seguida, valendo-se de outro argumento de ordem emocional, atuando na vaidade e no desejo de Neoptólemo, Ulisses, falaciosamente, promete ao herói algo que ele nunca poderá ter: segundo Ulisses, se Neoptólemo mentir e conseguir enganar a Filoctetes, obterá algo que, por sua própria natureza, jamais terá: o fama de ser considerado *sophós*, isto é, sábio.

Conclusão

Sófocles, em Filoctetes, constrói um personagem compatível com o herói da Odisséia, mantido pela tradição. Ulisses sofocleano demonstra possuir uma *métis* que o leva a construir mil tramas, encontrar mil caminhos através do discurso. No entanto, embora ambos os personagens — o Ulisses épico e o sofocleano — possuam a *areté* do engano, somente o personagem sofocleano merece o desdém do público, veiculando um dis-

curso tão em voga no século V a.C. — convencer a qualquer preço, mediante o discurso enganoso e chegar-se á vitória, não importando os meios.

Ora, o que há de diferente nesses dois personagens? Há que se distinguir nos textos, além dos discurso explícitos dos personagens, o discurso implícito do autor, ou melhor dizendo, a intenção deste. Nas falas analisadas, Sófocles contrapõe o discurso da tradição, representada pela sinceridade de Neoptólemo, no qual a democracia foi sedimentada, ao discurso enganoso e sedutor dos sofistas, que sem buscar a verdade, visam ao lucro imediato, sem se preocupar com valores morais e éticos.

Documentação textual

- ARISTOTE. *Rhétorique*. trad. M Dufour. Paris: Les Belles Lettres, 1965.
ESCHYLE. *Agamemnon*. trad. Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1949.
HOMÈRE. *L'Odyssee*. trad. Victor Bérard. Paris: Les Belles Lettres, 1939.
_____. *L'Iliade*. trad. Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres, 1967.
SOPHOCLE. *Philoctète*. trad. Alphonse Dain e Paul Mazon. Paris: Les Belles Lettres. 1974.

Bibliografia

- REBUL, P. *Introdução à Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
VERNANT, J.-P. *As origens do pensamento grego*. São Paulo: Difel, 1981.